

Intervenção de João Coelho

Administração Local

Camaradas,

O Poder Local Democrático é um pilar fundamental da democracia portuguesa, constituindo um dos eixos fundamentais da definição do Estado Português.

Foi uma das maiores conquistas da democracia nascida com a revolução de Abril e um elemento fundamental na sua consolidação e afirmação. Ao longo dos últimos 39 anos, contribuiu de forma ímpar para a recuperação do atraso infraestrutural, para a redução das assimetrias regionais e para o desenvolvimento dos mais recônditos locais, prestando serviços públicos essenciais às populações e desempenhando também um papel primordial na dinamização do investimento, publico e privado sendo também responsável pela criação de emprego, directo e indirecto, promovendo desta forma profundas alterações económicas e sociais marcando o rumo da descentralização democrática do Estado.

É nas autarquias que os cidadãos encontram a primeira resposta para os seus problemas mais básicos e é aí que procuram o apoio e o amparo que cada vez mais vêm inacessível numa administração central que, por força de sucessivos cortes, esvaziamento de recursos humanos e privatizações de serviços públicos essenciais não dá a resposta necessária e exigível em muitas daquelas que são as funções sociais do Estado.

Com os ataques que o recentemente tombado Governo PSD/CDS, realizou contra o Poder Local e contra a sua autonomia constitucionalmente consagrada, a situação dos seus trabalhadores, assume hoje contornos aterradores. Salários e carreiras congeladas, o violentíssimo aumento da carga fiscal, entre outras malfeitorias, traduzem-se em perdas remuneratórias que rondam os 30% razão pela qual se assiste a um crescente número de penhoras no salário que transformam a vida destes homens e mulheres num verdadeiro inferno.

Este Poder Local, inseparável das suas características democráticas, tem sido alvo de uma violenta ofensiva. Uma ofensiva brutalmente agravada nos últimos anos e sobre os mais diversos pretextos: O combate ao défice, a crise, a redução das despesas públicas, as imposições da troika, e outras medidas gravosas que não têm



outro objectivo que não seja transformar as Autarquias em meras dependências da Administração Central e reduzir drasticamente a sua capacidade de realização e intervenção para facilitar e justificar novos e lucrativos negócios privados. Um ataque que em última análise é parte integrante do processo de exploração, empobrecimento, limitação democrática, saque fiscal e restrição de políticas que o anterior Governo tinha e o grande capital continua a ter como objectivo.

A consequência foi um retrocesso tremendo. No que diz respeito à descentralização, para além da recusa da institucionalização das Regiões Administrativas, cuja criação tem sido persistentemente sabotada pela política de direita, o Governo PSD/CDS impôs a criminosa liquidação de Freguesias 1168 no país, 92 no Distrito de Lisboa. Esta medida, demagogicamente chamada de “Reorganização Administrativa”, associada ao encerramento de serviços públicos de proximidade, escolas, extensões de centros de saúde entre outros, aprofundou assimetrias e condicionou a participação das populações nas assembleias de Freguesia.

Com a lei 75/2013, o novo Regime das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais, procuraram impor um modelo de Administração Local fora do quadro constitucional querendo forçar as autarquias a delegar poderes noutros órgãos, com a intenção de subverter o actual regime de atribuições e competências e esvaziar os municípios, fazendo exactamente o contrário do que deve ser um efectivo processo de descentralização de que o País necessita.

Descentralização esta que esconde uma pérfida estratégia de reconfiguração neoliberal do estado por via da Municipalização de funções sociais do estado como a educação e a saúde, procurando usar as autarquias como instrumento e etapa da privatização, beneficiando para isso da cumplicidade de alguns autarcas que quer por ideologia política quer por falta de recursos financeiros e sem experiência nestas áreas, facilmente poderão empurrar as autarquias para entregar parcelas do serviço público a privados como experiências passadas noutros processos idênticos comprovaram.

No que diz respeito à organização e gestão dos trabalhadores, as medidas foram igualmente graves. A Lei dos compromissos impôs fortes restrições à criação e manutenção de empresas municipais colocando em risco milhares de postos de trabalho e a continuidade de importantes serviços públicos; a imposição da redução do número de trabalhadores originou que entre 2010 e 2014 se tenham perdido 25 mil postos de trabalho; as restrições à contratação e a desvalorização do estatuto remuneratório e profissional degradaram a qualidade dos serviços prestados às populações e as condições de trabalho ao mesmo tempo que se promovia a contratação de milhares de trabalhadores desempregados através dos chamados contratos de emprego inserção, uma verdadeira escravatura moderna.

O Governo PSD/CDS procurou ainda por todos os meios impor o aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais, chantageando e bloqueando sistemática e ilegalmente a contratação colectiva na administração local impedindo a publicação dos acordos colectivos de empregador público livremente negociados entre as autarquias e os sindicatos afectos à CGTP, num claro atentado à autonomia do poder local, tentando ainda impor instrumentos de desregulariam da vida dos trabalhadores como são o banco de horas e a adaptabilidade de horários. A luta dos trabalhadores foi determinante em todo este processo. Mais uma vez o tribunal Constitucional foi -intromissão.

A derrota eleitoral da coligação de direita nas eleições legislativas do passado dia 4 de Outubro e a rejeição do seu programa de governo pela Assembleia da República no passado dia 10 de Novembro, não seriam possíveis sem a luta e o combate que os trabalhadores e o povo travaram contra a política de retrocesso económico e social.

Estão agora criadas condições para a promoção de uma justa distribuição de riqueza para a criação de trabalho com direitos e direito ao trabalho para o reforço da defesa do Poder Local democrático, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, mas camaradas, nunca nada nos foi dado, temos melhores condições para ver as nossas reivindicações cumpridas mas não poderemos nunca deixar de lutar.

Só com a luta dos trabalhadores unidos em torno dos seus sindicatos e da CGTP será possível o objectivo de uma vida melhor.

Viva o 11º Congresso da USL

Viva a CGTP

Vivam os trabalhadores.